

FILOSOFIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SOB O PRISMA DO COLONIALISMO DIGITAL

de Deivison Faustino e Walter
Lippold

Wesley Miranda de Almeida¹
Universidade Federal de Uberlândia

¹ Graduando do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB).

Email: wesleyma12@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2434983246176579>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9004-3502>.

RESUMO: O livro *Colonialismo Digital: Por Uma Crítica Hacker-Fanoniana* (2023), de Deivison Faustino e Walter Lippold, analisa a inteligência artificial e a revolução digital a partir de uma perspectiva crítica que articula marxismo, pensamento anticolonial e a teoria fanoniana. Os autores argumentam que o desenvolvimento tecnológico não é neutro, mas profundamente marcado pelo legado colonial, pelo racismo e pelas relações capitalistas de produção. Com isso, a subjetividade é colonizada por algoritmos que modulam comportamentos, transformando a suposta liberdade em novas formas de controle. A exposição constante, a disputa por atenção e a mercantilização da vida cotidiana aprofundam o adoecimento psíquico, enquanto tentativas de resistência são rapidamente cooptadas pelo capital. Os autores propõem uma crítica hacker-fanoniana como forma de desmistificar a tecnologia de modo a revelar suas raízes na acumulação capitalista, abrindo caminho para usos emancipatórios. Essa resenha tem como objetivo explorar os problemas levantados pelos autores extrapolando a corrente distinção entre tecnofobia e tecnofilia no modo de analisar esse fenômeno. No lugar de uma postura maniqueísta, parte do nosso desafio histórico é decodificar seu modo de funcionamento na perspectiva de emancipar-nos não só em relação ao seu uso, mas de sua produção.

Palavras-chave: Colonialismo Digital. Filosofia da Inteligência Artificial. Capitalismo. Racismo. Subjetividade.

ABSTRACT: The book *Digital Colonialism: Toward a Hacker-Fanonian Critique* (2023), by Deivison Faustino and Walter Lippold examines artificial intelligence and the digital revolution through a critical lens that synthesizes Marxism, anticolonial thought, and Fanonian theory. The authors argue that technological development is not neutral but deeply shaped by colonial legacies, racism, and capitalist relations of production. As a result, subjectivity is colonized by behavior-modulating algorithms, transforming purported freedom into new forms of control. Constant exposure, the struggle for attention, and the commodification of daily life exacerbate psychological distress, while attempts at resistance are swiftly co-opted by capital. The authors propose a hacker-Fanonian critique to demystify technology, revealing its roots in capitalist accumulation and paving the way for emancipatory uses. This review aims to explore the problems raised by the authors, moving beyond the conventional dichotomy of technophobia versus technophilia in analyzing this phenomenon. Rather than adopting a Manichean stance, our historical challenge lies in decoding its mechanisms — not only to emancipate ourselves in its use but also in its production.

Keywords: Digital Colonialism. Philosophy of Artificial Intelligence. Capitalism. Racism. Subjectivity.

As reflexões sobre a inteligência artificial ganharam inúmeras facetas no nosso atual estágio de desenvolvimento. Situar seus pressupostos é passo fundamental para que a filosofia possa efetivamente lidar com as complexidades postas. Há, de antemão, um caminho apressado e sedutor de lidar com a questão, que é tomando-a a partir de sua naturalização, escamoteando seus lastros no cerne do processo produtivo, não nos permitindo vislumbrar com clareza o potencial que representa tanto para a perpetuação das velhas formas de opressão, sob nova égide, por um lado, quanto o potencial que tem para ser uma poderosa ferramenta no processo de libertação, por outro. É o que Deivison Faustino e Walter Lippold nos provocam a refletir em *Colonialismo Digital: Por Uma Crítica Hacker-Fanoniana*, publicado em 2023, no fervor do pós-pandemia, com as discussões sobre os avanços da tecnologia e o impacto nas subjetividades.

À primeira vista, o desenvolvimento da tecnologia junto ao advento da internet e das redes sociais parece ter se dado à revelia do funcionamento econômico do nosso mundo, visto que trazia consigo um suposto caráter disruptivo frente às velhas formas de comunicação e sociabilidade. Não mais as velhas grandes instituições ditariam o modo de funcionamento das coisas, pois agora, a internet poderia oferecer aos indivíduos os mesmos instrumentos os quais aquelas mantinham o monopólio. Abram alas para a democratização da arte, à comunicação *underground* — trazendo consigo a possibilidade de construção de outras narrativas ignoradas pelo *mainstream* — à velocidade da comunicação — encurtando as distâncias físicas num cyberspaço em que as fronteiras não existem. Em outras palavras, à realização da autonomia, pois agora podemos desdobrar e elevar a outro nível todo o capital humano. É chegada a hora das máquinas se ocuparem do trabalho repetitivo para que nós tenhamos mais tempo de fazer poesia. Porém, se há um caráter de disruptividade nesse processo, só o é em seu conteúdo, pois sua forma segue o curso natural das relações capitalistas de produção: estamos cada vez trabalhando mais, e hoje é o *ChatGPT* quem faz poesia — parafraseando uma provocação de Walter Lippold. É nesse sentido que Faustino e Lippold nos lembram que

Pode-se afirmar que as relações capitalistas de produção, de onde emergem a terceira, a quarta e quinta revolução tecnológica, não podem ser entendidas sem um exame rigoroso do papel do colonialismo e do racismo na criação de possibilidades para a emergência da primeira e da segunda revolução tecnológica. Não há capitalismo sem colonialismo e, por sua vez, não há colonialismo sem racismo, e ambos estão interligados dialeticamente por uma relação de determinações reflexivas, (Faustino e Lippold, 2023, pp. 51-52).

É recorrente ouvirmos que não é mais possível olharmos para o capitalismo nos termos da teoria do valor pois o advento da internet teria trazido consigo mudanças significativas que demandariam outras vias para interpretar as novas configurações do trabalho e do processo produtivo de um modo geral; porém, essa relação de causalidade entre os fenômenos descritos na obra nos fornecem os elementos necessários para situar historicamente e localizar os lastros dessa aparente disrupção. É nesse sentido que Faustino e Lippold chamam a atenção para uma análise do colonialismo digital em seu diálogo com a teoria marxista do valor. Antes, é importante delinear-mos de que modo o capitalismo se relaciona com o colonialismo para assim vislumbrarmos a emergência da revolução informacional nesse contexto.

Em linhas gerais, já em Marx é possível recuperarmos o germen da articulação entre o capitalismo e o colonialismo. No contexto da *Filosofia da Miséria* (2009), por exemplo, em que Marx está respondendo diretamente a Proudhon acerca de seus vícios filosóficos na análise da economia política, trata sobre a escravidão a partir de um exercício de demonstração da falha metodológica de Proudhon:

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias *criaram* o comércio universal, o comércio que é a *condição* da grande indústria. Por isso, a escravidão é uma *categoria econômica* da mais alta importância (Marx, 2009, pp. 127-128, grifo nosso).

Isto é, a ampliação e consolidação do sistema capitalista só foi possível porque a escravidão, dentro da dinâmica da lógica colonial, figurou enquanto categoria econômica permitindo viabilizar a indústria moderna e o comércio universal. Nesse contexto, tomando-a enquanto categoria econômica e aprofundando a reflexão marxiana, Faustino e Lippold nos chamam atenção para um elemento que é perdido de vista no cálculo do mais-valor; tomando como base a análise de Denise Ferreira da Silva, os cálculos de *O Capital* deixam de levar em consideração o valor da exploração da mão-de-obra escravizada, que não é mensurado na análise do mais-valor mas que é imprescindível para a compreensão da supracitada passagem de *Colonialismo Digital*. A “criação de possibilidades para a emergência da primeira e da segunda revolução tecnológica” está situada justamente nessa combinação de fatores: o colonialismo tornou o ambiente propício àquele desenvolvimento tecnológico pois viabilizou o acesso às matérias-primas por meio da pilhagem e espoliação dos territórios colonizados; a escravidão foi a categoria econômica que garantiu a extração dessas matérias-primas que possibilitariam não só a manufatura da metrópole mas inclusive os meios e ferramentas para esse processo, bem como, consequentemente, sua constante evolução tecnológica em termos de eficiência

e desenvolvimento da indústria; e por fim, tanto o colonialismo como a escravidão só se deram porque o racismo figurou enquanto dispositivo legitimado para justificar a exploração da mão de obra de corpos específicos, a saber, negros, protagonizando um papel imprescindível na conformação do cálculo do mais-valor, e por outro lado, legitimando também a escolha dos territórios para subsidiar esse arranjo. Se no âmbito da metrópole a assim chamada acumulação primitiva se deu pela dissolução da estrutura econômica da sociedade feudal que liberou os elementos da estrutura econômica da sociedade capitalista (Marx, 2013, p. 786), abaixo dos trópicos, a consolidação da combinação do colonialismo, escravidão e racismo enquanto estrutura econômica, liberou os elementos da estrutura capitalista.

O SUJEITO DIGITAL

Para entender de fato o que está em jogo com esse tema, os autores fazem importantes diferenciações para limpar o terreno conceitualmente, como entre digital e virtual, internet e redes sociais em suas relações com o real, que são essenciais para compreender de que modo isso tudo tem a ver com a subjetividade. Em linhas gerais, esse novo advento parece ter inaugurado um outro modo de experiencição da vida em que o tempo e o espaço adquirem uma dinâmica distinta do real. Lukács será um autor importante para subsidiar essa análise a partir do modo como observa a fragmentação do indivíduo em *História e Consciência de Classe*, em que por meio da reificação, a consciência se torna coisificada e o indivíduo perde de vista a percepção da totalidade; isso parece ser levado à outro patamar com a internet. A instantaneidade no envio de mensagens para qualquer lugar do mundo, os anúncios cuidadosamente personalizados, a criação de aldeias digitais que conectam pessoas, o consumo na palma da mão e a relação com o trabalho estão todos reunidos num só ambiente e não mais precisamos da proximidade física para a comunicação, os anúncios não mais são genéricos e limitados a uma televisão, rádio, outdoor, ou revistas, não mais precisamos nos deslocar a um shopping center para fazer compras e nosso trabalho não se resume mais apenas a um ambiente e horário específicos.

Falamos de mundo virtual como sendo um outro âmbito da realidade que é intangível e imediado por qualquer atributo físico; na distinção entre o digital e o virtual, temos que “o digital é o armazenamento e o processamento de dados em computadores em forma de códigos que representam letras, números, imagens, sons, etc., enquanto o virtual é um atributo potencial da realidade que pode ser apreendido pelo trabalho do pensamento” (Faustino e Lippold, 2023, p. 33). Então, se tomamos como sendo um universo virtual e compreendemos que virtual desde a Grécia Antiga é uma força que não se realizou materialmente, vemos que “traz em suas propriedades ontológicas a abertura à criação

inovadora de acontecimentos externos” (Faustino e Lippold, 2023, p. 34); é o que parece estar em jogo quando falamos sobre inteligência artificial. Criações como o *ChatGPT* parecem ser a prova cabal de que as máquinas adquiriram essas propriedades ontológicas à abertura à criação por sua capacidade de reprogramar seu modo de funcionamento. Aí que vem à tona que o virtual e o digital não podem ser concebidos como opostos ao real. Ao contrário do que tudo isso pode induzir, a inteligibilidade da tecnologia é causal e não teleológica (Faustino e Lippold, 2023, p. 34), ou seja “seu modo de funcionamento, aplicação e finalidade ainda dependerá das leis causais impostas por sua programação inicial, da supervisão humana dos vieses e, sobretudo, das propriedades físicas dos hardwares sob o qual operam” (Faustino e Lippold, 2023, p. 35).

Disso podemos desdobrar algumas questões. A primeira delas é que existe uma mediação da inteligência humana por trás da suposta inteligência artificial; uma reportagem da *BBC*, de 2023, *Os milhares de trabalhadores em países pobres que abastecem programas de inteligência artificial como o ChatGPT*², evidencia, por exemplo, como a exploração do trabalho de *data taggers*³ foi essencial para a estruturação da IA, que longe de ter uma agência ontologicamente autônoma, na verdade era treinada por uma força de trabalho oculta com a mão de obra de pessoas de países do Sul global, sobretudo do Quênia, para atuar no treinamento da moderação e rotulação de materiais sensíveis e violentos por menos de dois dólares por hora, sem qualquer suporte psicológico adequado visto o nível de exposição, elemento o qual escancara o caráter colonial e racista presente nessa lógica. Ou seja, a IA não é nem tão inteligente nem tão artificial quanto se apresenta. Outro fator diz respeito à materialidade física que suporta tal caráter supostamente intangível. Não existe software - conjunto de instruções ou programas que permitem a um computador realizar tarefas específicas, processar dados e operar sistemas, desde aplicativos simples até sistemas complexos – sem hardware – parte física de um sistema computacional, composta por dispositivos e componentes eletrônicos como o processador, memória, disco rígido e periféricos, que executam e suportam as operações de um software. Portanto, esse fenômeno ainda se dá dentro da esfera produtivo-industrial: os softwares, como a inteligência artificial, se alimentam sugando o trabalho humano.

Pode nos soar estranho conceber o mais valor dentro das lógicas das *Big Techs* tendo em vista que o aumento da riqueza, isto é, a reprodução dos produtos como o aumento de usuários da *Google* ou do *ChatGPT*, não parece implicar diretamente o dispêndio de trabalho como usualmente tomamos,

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gze230pj1o>.

³ Trabalhador que realiza o processo de etiquetagem de dados manualmente, ou seja, um profissional responsável por identificar, rotular e classificar informações em um conjunto de dados de forma precisa. Esses trabalhadores são fundamentais em projetos de machine learning e inteligência artificial, especialmente quando o processo de etiquetagem automatizada ainda não é suficientemente preciso ou requer intervenção humana para melhorar a qualidade dos dados.

e portanto, não haveria de onde surgir o mais valor, estando a acumulação fora da circulação. Nesse debate, Slavoj Žižek (2011) é um dos grandes expoentes no sentido de afirmar que a acumulação de riqueza tem se dado num nível de privatização do intelecto geral do trabalhador ou em termos de uma renda do saber. Para Žižek, na era pós-industrial, o capitalismo não extrai valor apenas da exploração direta do trabalho físico, como na fábrica, mas privatiza o "intelecto geral" — termo de Marx nos *Grundrisse* —, isto é, o conhecimento socialmente produzido, para gerar lucro. Se pegarmos o exemplo do *Wikipedia*, vemos que o conhecimento é produzido colaborativamente, mas o lucro fica restrito a quem monetiza seu acesso e organização. Com esse entendimento, estaríamos superando, portanto, a teoria marxista como perspectiva de análise. Porém, Faustino e Lippold, recorrendo à Terezinha Ferrari (2012), nos alertam que “não é que a classe trabalhadora ou a produção industrial estejam desaparecendo, sugere Ferrari, e sim que o desenvolvimento técnico e tecnológico agora permite a apropriação do tempo excedente inclusive fora da fábrica, gerando, assim, uma aceleração do tempo de rotação do capital”. Ou num exemplo, para tornar mais evidente:

Para que a Microsoft lucre com a renda do *Office* que nosso estudante pretende usar, alguém precisa ‘baixar’ o programa em uma máquina, mesmo que sob cliques supostamente intuitivos e rápidos; ao baixar e instalar o pacote, o usuário participa, ainda que à revelia, do processo produtivo como trabalhador não pago da Microsoft. Se esse processo de instalação fosse feito por um técnico qualificado, poderíamos supor que ele faz parte da cadeia produtiva de montagem e preparação de computadores, ainda que não estivesse vinculado a essa ou aquela fábrica (Faustino e Lippold, 2023, p. 122).

Numa outra ponta, podemos também inserir dentro desse contexto o fenômeno da *uberização* e plataformação do trabalho⁴, em que podemos ver claramente a articulação entre uma nova forma de se pensar o trabalho com os jargões desse novo formato do capitalismo que sustentam as velhas formas de dominação. Como podemos pensar a noção de classe trabalhadora, de categoria profissional, se agora podemos ser empreendedores de si mesmos? É fato que se inaugurou uma forma outra de se pensar a classe trabalhadora e que este termo tenha se tornado difuso em relação ao que era até o final do século passado em que as fábricas e a sociabilidade ali implicados pelo trabalho explicitavam as contradições de classe, a alienação do trabalho. O sindicato figurava como um espaço de referência em que seus pares, atravessados por semelhantes mazelas dentro e fora do espaço de trabalho, se organizavam coletivamente com vistas a fazer a mediação entre seus direitos e os abusos impetrados pelo patrão, que também era mais facilmente identificado. O espaço de sociabilidade do trabalho agora é completamente difuso; o crescente formato do *Home office*, por exemplo, impede que haja esse

⁴ Ver mais em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/uberizacao-e-a-plataformizacao-do-trabalho/>.

espaço de partilha de impressões ao passo que traz consigo a naturalização da ideologia dessa nova forma de se conceber o trabalho.

Por outro lado, no que se refere à uberização, não concebemos trabalhadores por aplicativos, mas sim *empreendedores* que colaboram com aplicativos, livres das amarras inerentes ao trabalho tradicional, que agora podem organizar o próprio período de trabalho e não respondem a nenhum patrão: finalmente, não estamos mais presos ao regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Trata-se justamente da apropriação daquilo que seria o tempo excedente, fora do ambiente de trabalho - levando em consideração que a noção de ambiente de trabalho se torna completamente borrada. A casa virou o ambiente de trabalho e a suposta liberdade de ser *PJ* (Pessoa Jurídica), trabalhando a hora que quiser, no fim do dia se revela como novo mecanismo de gerenciamento do capital para suportar as velhas formas de dominação subordinadas a ampliação da exploração do mais-valor. Temos total autonomia e liberdade de gerir a nossa própria desgraça.

O INCONSCIENTE DIGITAL

Dentro dessa perspectiva de análise no modo como a nova era informacional incide nas nossas subjetividades, passamos pelo surgimento da ideia das redes sociais na internet. Em seus primórdios, utilizávamos “navegar na internet” como expressão para se referir ao modo de explorar esse espaço. Ligávamos um computador, que estava fixo em um lugar, e só então nos conectávamos ao mundo virtual, que consistia num ambiente que demandava nossa atuação ativa na busca por objetivos específicos: se era comunicar-se com alguém, logaríamos no aplicativo próprio para isso, se era ler notícias, recorreríamos a um portal, se era jogar, em um site específico para isso, ou se era a busca de um determinado tema de interesse, deveríamos procurar sites e/ou espaços que se destinavam a isto; explorar era uma condição que fazia parte do modo de utilizar a internet. Com o advento das redes sociais, por um lado, e dos smartphones, por outro, esse modo de experienciar a internet perdeu-se por completo. Com as redes sociais e seus constantes avanços, o caráter ativo de uso se subverte. Trata-se de uma dialética entre atividade e passividade. Na medida em que eu me torno passivo e apenas recebo um recorte do mundo digital que é filtrado pelo algoritmo, esse mesmo algoritmo se constrói com base na minha atividade: supostamente, sou livre para escolher quem vou dar *like* no *Tinder*, mas ao mesmo tempo, o cardápio de pessoas que aparecerá já virá condicionado pelo perfilamento que o sistema realiza a partir das minhas atividades, exibindo não todos os usuários do aplicativo, mas apenas aqueles que o algoritmo entende como minha preferência.

Nesse sentido, com as redes sociais, num mesmo espaço é possível condensar várias atividades distintas, e além disso, conectarmo-nos com *redes* de sociabilidade personalizadas, que implicitamente, pressupõe as nossas afinidades - o que usualmente chamamos de bolhas digitais. Intensificando isso, com os smartphones, a conectividade não mais está circunscrita ao tempo em que ligo um computador, que é fixo, e desligo. Ao alcance de nossas mãos e a poucos movimentos de nossos dedos, a conectividade se torna intermitente. Esse combo possibilita que num só espaço esteja reunido o entretenimento, o trabalho, o estudo, a informação, o lazer, o consumo, o flerte, o sexo, a comunicação, que gradualmente operam de modo a capturar e intensificar a colonização da nossa subjetividade a partir da forma como cada interação social se transmuta também para o universo digital, pois não existe mais o fora ou o *off*.

É interessante notar que diferentemente das reações às outras revoluções tecnológicas, o que temos agora não é a rebeldia, mas a explosão de sofrimentos psíquicos como resultado dessa aderência que, sob o prisma da liberdade, esconde a coerção da modulação de comportamentos. Dessa forma, “a entrada é livre e acessível por um pequeno pedágio: a submissão crescente de tudo o que ainda resta ‘fora’ a seu domínio direto, alterando definitivamente, assim, nossa forma de estar no mundo. Estamos falando da internet ou do capitalismo? Talvez a submissão da primeira ao segundo” (Faustino e Lippold, 2023, p. ,155).

Problematizando as noções de valor de culto e valor de exposição em Walter Benjamin, pensando sobretudo nossas projeções nas redes sociais, por intermédio de Byung-Chul Han, de *Sociedade do Cansaço* (2015) e de *Sociedade da Transparência* (2017), é possível notarmos que a exposição aqui adquire um caráter que não se relaciona com o uso propriamente e tampouco com a troca, pois não é mediado por nenhuma força de trabalho, mas que em certo sentido, possui um fim em si mesmo, isto é, a imagem se mercadifica e o que vale é chamar atenção (Han *apud* Faustino e Lippold, 2023, pp. 158-159). A atenção está cada vez mais disputada. No inverso de um leilão, ganha quem dá menos; dos vídeos do *YouTube* aos vídeos do *Instagram* de até um minuto para os *Reels* e os *TikToks* de quinze segundos, vence a disputa quem consegue comprar a nossa atenção no menor tempo possível. Coerção da exposição, da transparência e da positividade: aniquilação da aura. É nessa articulação que os autores expandem a noção do *inconsciente digital*, oferecida por Han

Para ele [Han], o big data ‘fará um ego a partir do id que se deixa explorar psicopoliticamente’. A memória digital é sem intervalos, sem narrativa, é uma adição de dados sobre dados. Ela anula o direito de ser esquecido. Falta uma dimensão narrativa que é própria do vivente: ‘A memória digital se constitui de momentos presentes indiferentes, ou, por assim dizer, de momentos zumbis. [...] A temporalidade digital é a dos mortos vivos’ (Han *apud* Faustino e Lippold, 2023, p. 158).

A ideologia que tem o empreendedorismo de si como uma de suas principais expressões, faz do individualismo e da autoexposição importantes mecanismos de dominação psíquica que incidem decisivamente na formação das subjetividades, ou em outras palavras, na reificação do sujeito. É interessante levarmos em consideração o crescente movimento, sobretudo na juventude, que consiste num certo retorno ao analógico; vinis voltando à cena da produção de gravadoras, câmeras analógicas como alternativa à banalização da fotografia, DVDs como frente à impessoalidade dos *streamings*, ou ainda o ressurgimento dos *dumbphones*, ou em português mais claro, os tijolões que só efetuam ligação e vem com o jogo da cobrinha⁵. O que até então era *underground* já está sendo cooptado pela indústria *mainstream*, se convertendo em mais um outro modo de lucrar dessas grandes empresas. Estamos vendo uma genuína tentativa de recuperar a aura no modo como nos relacionamos com a reprodutibilidade técnica ou trata-se apenas de mais uma tentativa de disputar a atenção, parecendo *cool* para ganhar likes com esse tipo de exposição? O fato é que a era informacional ensinou - e muito bem! - o capitalismo a lidar com toda e qualquer fagulha de contestação, capturando-a, esvaziando-a de seu conteúdo, e em todo modo, sublimando-a em mais dinheiro e adoecimento psíquico. Pouco importa se ouvimos música num *streaming* ou num vinil. Em outras palavras, o problema fundamental não está exatamente em como consumimos, mas no seu modo de produção ou reprodução — que é o que alimenta essa lógica.

Talvez, estejamos assustados e com dificuldades de pensar alternativas para o que tem se imposto por ainda não termos compreendido efetivamente o problema em todas as suas nuances e complexidades. Para isso, mais do que pensar em termos de uma disputa de narrativa, é necessário repensar também uma disputa de linguagem; não só o que é dito, mas como é dito. Não há terreno frutífero para o cultivo de conteúdos revolucionários se a forma é reacionária. A tecnofobia e a tecnofilia em torno de condenar ou venerar a IA se apresentam como maneiras apressadas que, implicitamente, tem em seus pressupostos a naturalização de que essa forma de se compreender o desenvolvimento tecnológico que está aí, venceu. Antes de mudarmos a direção dessa bomba relógio que nos encurrala, pensemos em abri-la, decodificá-la, e assim veremos que lá estará o rei nu. Apesar de toda pompa e imponentia intimidadora, estamos às voltas com elementos que, ao fim e ao cabo, se estruturam por meio de uma forma já conhecida. Nossa tarefa ainda é a de imaginar — capacidade que inclusive cada vez menos temos conseguido exercitar — um mundo em que seja possível trabalhar menos, trabalhar todos, produzir o necessário e redistribuir tudo. Na sociedade do cansaço, da transparência, da vigilância e do desempenho se faz necessário que coloquemos em perspectiva o ócio,

⁵Ver mais em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/martech/bye-bye-smartphone-a-nova-tendencia-sao-os-celulares-burros/#:~:text=Em%20uma%20colabora%C3%A7%C3%A3o%20inesperada,%20a,do%C3%A1vel%20e%20detalhes%20em%20verde.>

a privacidade, o decrescimento e a desaceleração. Não como um retorno ao passado, mas como um futuro possibilitado pela atitude de hackear o sistema posto, para que possamos nós produzi-lo a partir de nossas próprias configurações.

Resenha recebida em: 17/03/2025

Resenha aceita em: 30/03/2025

Resenha publicada em: 31/03/2025

REFERÊNCIAS

- FANON, Frantz. *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FAUSTINO, Deivison. *Frantz Fanon e as encruzilhadas*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FERRARI, Terezinha. *Fabricalização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SANTOS, Rebeca. Uberização e a plataformização do trabalho. *Reverso Online*, 31 out 2023. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/uberizacao-e-a-plataformizacao-do-trabalho/>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- SMINK, Veronica. Os milhares de trabalhadores em países pobres que abastecem sistemas de inteligência artificial como o ChatGPT. *BBC*, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gze230pj1o>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- SNELLING, Grace. Bye, bye smartphone. A nova tendência são os celulares “burros”. *Fast Company*, 24. abr. 2024. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/martech/bye-bye-smartphone-a-nova-tendencia-sao-os-celulares-burros/#:~:text=Em%20uma%20colabora%C3%A7%C3%A3o%20inesperada,%20a,do%20br%C3%A1vel%20e%20detalhes%20em%20verde>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.